



X COLÓQUIO INTERNACIONAL

"Educação e Contemporaneidade"

22 a 24 de Setembro de 2016

São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

OFICINAS E DIREITOS HUMANOS NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

MARIA AMELIA SILVA SANTOS

NATANIEL PIMENTEL BARRETO

RITA DE CASSIA CARDOSO DOS SANTOS

EIXO: 9. EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS. EDUCAÇÃO PARA A PAZ.

RESUMO: Este artigo é bibliográfico com pesquisa de campo, trata de um estudo sobre o resultado de Oficinas Pedagógicas de Direitos Humanos na Educação de Jovens e Adultos do Semiárido Sergipano que contempla quatro oficinas: direitos humanos educação e cidadania; direitos dos povos – um desafio para a educação; direitos humanos da criança e do adolescente educação e escola; práticas pedagógicas e transformação, com alunos e professores da rede municipal. Essa iniciativa tem o apoio financeiro do OBEDUC/CAPES através do Projeto TRANSEJA 2: Literacia e Numeracia na Educação de Jovens e Adultos do Semiárido Sergipano, de autoria do OBEDUC/GPGFOP/PPED/Unit/CAPES, cujo objetivo principal é desenvolver a formação continuada de 300 professores da rede pública de educação básica de modo a beneficiar a educação básica.

Palavras chave: Direitos Humanos; Oficinas Pedagógicas; Educação de Jovens e Adultos.

ABSTRACT: This article is bibliographic with field research is a study on the outcome of Pedagogical Workshops on Human Rights in Youth and Adult Education of Sergipe Semi-Arid that includes four workshops: human rights education and citizenship; peoples rights - a challenge for education; human rights of the child and adolescent education and school; pedagogical practices and processing, with students and teachers of the municipal network. This initiative has the financial support of OBEDUC/CAPES through TRANSEJA Project 2: Literacy and Numeracy in Youth and Adult Education of Sergipe Semi-Arid, authored by OBEDUC/GPGFOP/PPED/Unit/CAPES, whose main objective is to develop continuing education 300 teachers of basic education in public in order

to benefit basic education. **Keywords:** Human Rights; Pedagogical Workshops; Youth and Adult Education.

INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda o trabalho desenvolvido por bolsistas e voluntários do subprojeto Oficinas Pedagógico de Direitos humanos na Educação de Jovens e Adultos do Semiárido Sergipano, o qual contempla quatro oficinas: direitos humanos educação e cidadania; direitos dos povos – um desafio para a educação; direitos humanos da criança e do adolescente educação e escola; práticas pedagógicas e transformação.

Essa iniciativa tem o apoio financeiro do OBEDUC/CAPES através do Projeto TRANSEJA 2: Literacia e Numeracia na Educação de Jovens e Adultos do Semiárido Sergipano, de autoria do OBEDUC/GPGFOP/PPED/Unit/CAPES, cujo objetivo principal é desenvolver a formação continuada de 300 professores da rede pública de educação básica de modo a beneficiar a educação básica de cerca de 8.000 jovens e adultos, nos 36 municípios do semiárido sergipano.

As oficinas de Direitos Humanos resultaram das demandas dos professores dessa região, com a intenção de motivar e instigar a curiosidade e desenvolver o raciocínio crítico dos alunos em relação a sua interação com a sociedade, considerando suas experiências de mundo e, ao mesmo tempo, acrescentando conhecimentos e valores. Essa opção docente deu-se em um panorama que apontava pontos do Relatório Global sobre Aprendizagem e Educação de adultos (UNESCO, 2010) a partir de uma análise crítica dos Objetivos do Milênio e de consulta aos diversos países do mundo sobre essa área.

Os temas considerados relevantes pelos docentes da EJA para projetos integrados no semiárido sergipano com essa classificação: 1ª Prioridade: Conscientização sobre os direitos humanos; 2ª Prioridade: Redução da pobreza e do desemprego, qualificação da força de trabalho; 3ª Prioridade: Apoio aos valores democráticos e exercício ativo da cidadania; 4ª Prioridade: Preservação, conservação do meio ambiente e desenvolvimento sustentável; 5ª Prioridade: Fortalecimento da equidade e igualdade de gênero. 6ª Prioridade: Diminuição da propagação do HIV/Aids; 7ª Prioridade: Combate ao racismo e à xenofobia; 8ª Prioridade: Outro (s).

Partindo do enfoque global do ensino para formação integral do indivíduo, estudar a realidade para intervir e transformar a sociedade, implica um conhecimento científico nas diversas áreas do saber, aprimorando e incorporando conceitos selecionados para sua necessidade, possibilitando a vencer os desafios, aos quais o mundo coloca-os.

Considerando o que afirma Magalhães (2010), o rural é hoje um complexo

para onde estão focalizados os principais olhares da alternativa de modelo de desenvolvimento ocidental e também às perspectivas de uma humanidade mais equilibrada e de uma ecologia sustentada. O rural assim estaria no centro das preocupações atuais (BEZERRA e CHAVES, 2013, p. 37).

Nessa perspectiva a sociedade rural será capaz de solucionar problemas do meio social. Refletir sobre uma educação nas áreas rurais requer uma análise das características do setor rural, especialmente nos países em desenvolvimento, e deve considerar um diálogo e discussões da educação sobre o desenvolvimento rural. Em grande medida, às áreas rurais foram negligenciadas nas políticas de desenvolvimento. **Concepções em direitos humanos**

O ser humano, ao longo da história, tem buscado e conquistado condições visando a uma vida digna. A conquista de direitos se efetiva por meio de diversos movimentos de pessoas que se engajam, lutam e atuam, em prol das demandas de cada tempo. A legislação brasileira tem assegurado, em diversos documentos, a garantia ao acesso e à permanência na educação escolar, inclusive no âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

De acordo com Piovesan (2006, p. 13) a definição de Direitos Humanos possui uma “pluralidade de significados”, entre as quais a autora aponta para uma “concepção contemporânea de direitos humanos”, tendo em vista a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que no plano internacional, serviu como fonte aos diversos Pactos Internacionais que vieram a ser celebrados posteriormente.

Elaborada no momento histórico de pós-guerra, a Declaração do ano 1948 foi o marco inicial e fundamental que permitiu uma reflexão sobre as possibilidades e às formas de se garantir meios de proteção mínima ao ser humano. Cabe destacar também que foi nesse período, no ano de 1945, que tivemos a criação da Organização das Nações Unidas ONU, formada por países que se reuniram com o objetivo de trabalhar pela paz e desenvolvimento mundial. A Declaração de 1948, foi o marco maior do processo de reconstrução dos direitos humanos, fruto de um propósito com vistas a garantir que o ser humano, não sofresse mais com atrocidades semelhantes às ocorridas nas guerras e do estabelecimento de garantias mínimas a fim de evitar tratamentos desumanos e cruéis.

Na afirmação de Candau (2013), ao tratar da educação em Direitos Humanos, destaca a importância do educador como agente sociocultural e político e ressalta a existência de novas exigências postas para a atuação desse profissional junto à modalidade de educação de jovens e

adultos. Às questões de conhecimento, conscientização e apropriação dos Direitos Humanos e a cidadania para com a população, de um modo geral, sempre geraram desconhecimento e, inúmeras vezes, desconforto, pois conhece-se e divulga-se muito mais os deveres a cumprir que os direitos a obter da sociedade e comunidade ou espaço em que frequentamos.

Neste sentido, falar sobre Direitos Humanos para pessoas que tiveram muitos dos seus direitos negligenciados e silenciados é dar uma oportunidade de mudança e sim oferecer a possibilidade de retomar ou reconstruir, um diálogo onde o que for acordado não se limite ao papel, mas que venha a concretizar-se a partir das falas, das discussões, das oficinas e do fazer de cada um no dia a dia. É no trabalho com a educação de jovens e adultos que se desenvolve um processo de aprendizagem que vai além da formal, onde os alunos passam a mostrar seus conhecimentos e capacidades, que irão somar-se aos ensinamentos recebidos na escola.

Uma vez orientados e tendo seu conhecimento anterior valorizado, esse conjunto enriquece o aluno, tornando-o independente para poder enfrentar, não só as suas próprias necessidades como também às exigências de uma sociedade tão diversificada. O Artigo 26 da Carta da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), afirma que todas as pessoas têm direito à educação (UNESCO, 1999). Dessa forma, a educação é um direito de todos, mas é necessário que cada ser humano se conscientize e aproprie-se desses direitos de forma esclarecida.

Falar de direitos e deveres civis, políticos e sociais para adultos é mostrar que não basta apenas ter a consciência sobre os direitos mas, encontrar os meios legais e direcioná-los para se colocar em prática seja no âmbito individual, coletivo ou institucional. **A transversalidade na educação de jovens e adultos**

Os temas transversais dos parâmetros curriculares (BRASIL, 2010) incluem Ética, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural, Trabalho e Consumo e Orientação Sexual. Eles expressam conceitos e valores fundamentais à democracia e à cidadania, onde correspondem a questões importantes e urgentes para a sociedade brasileira de hoje, presentes sobre várias formas na vida diária.

Do ponto de vista pedagógico, consideramos fundamental analisar as bases teóricas e as implicações práticas dessas duas estratégias propostas para a incorporação da educação em Direitos humanos na Escola Básica, Fundamental e Média. Existe um amplo consenso de que, nestes níveis de ensino, não se trata de introduzir uma disciplina específica sobre direitos humanos (CANDAU, 2013, p.410).

Na concepção de Freire (1997) sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) os adultos vivem a realidade do dia-a-dia. Em decorrência deste fato, eles estão sempre propensos a aprender algo que contribua para suas atividades profissionais ou para resolver problemas reais. A educação para cidadania requer, portanto, que questões sociais sejam apresentadas para a aprendizagem e a reflexão dos alunos. A inclusão de questões sociais no currículo escolar não é uma preocupação inédita. Essas temáticas já têm sido discutidas e incorporadas às áreas ligadas às Ciências Sociais e Ciências Naturais, chegando mesmo, em algumas propostas, a constituir novas áreas, como no caso dos temas Meio Ambiente e Saúde.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2010) incorporam essa tendência e a incluem no currículo de forma a compor um conjunto articulado e aberto a novos temas, buscando um tratamento didático que contemple sua complexidade e sua dinâmica, dando-lhes a mesma importância das áreas convencionais. O currículo ganha flexibilidade e abertura, uma vez que os temas podem ser priorizados e contextualizados de acordo com as diferentes realidades locais e regionais e outros temas podem ser incluídos. Assim, os temas transversais, tratam de processos que estão sendo intensamente vividos pela sociedade, pelas comunidades, famílias, alunos e educadores em seu cotidiano.

A escola a partir da modernidade, passa a se constituir com um dos principais espaços de convivência social do ser humano. Ela tem papel fundamental no desenvolvimento da consciência dos direitos, do exercício da cidadania e do respeito aos diferentes modos de ser e pensar. É nesse ambiente que o ser humano inicia sua convivência com os diferentes grupos sociais. Informa Freire (1997) que por muito tempo a Educação de Jovens e Adultos (EJA) esteve presente no cenário educacional, apenas como campanhas que objetivaram alfabetizar aqueles que não frequentaram a escola na idade certa. As restrições a alfabetização, sem considerar a educação como um processo a ser desenvolvido ao longo da vida, com vistas ao exercício da cidadania e do desenvolvimento do sujeito como um ser histórico-social.

A concepção de educação como direito passou a ser defendida nos movimentos sociais em nosso país em um momento histórico muito recente. Observa-se claramente que às políticas públicas para combater o analfabetismo e a educação de jovens e adultos, em pleno anos 90, ainda se valem de ações que no passado levaram ao fracasso dos programas implantados. O desafio imposto para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na atualidade se constitui em reconhecer o direito do jovem/adulto de ser sujeito, mudar radicalmente a maneira como a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é concebida e praticada; buscar novas metodologias, considerando os interesses dos jovens e adultos; pensar novas formas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) articuladas com o mundo do trabalho, investir seriamente na formação de educadores; renovar o

currículo-interdisciplinar e transversal, entre outras ações de forma que esta passe a constituir um direito, e não um favor prestado em função da disposição dos governos, da sociedade ou dos empresários.

A educação de jovens e adultos como projeto e processo político global de formação, almeja uma educação para homens e mulheres para uma consciência social e de responsabilidade a partir da comunidade local com melhorias na qualidade de vida para todos na sua sociedade. Por isso deve-se adotar uma metodologia em quatro bases: sentir, pensar, tocar e fazer de forma crítica, significativa e sociável. **Procedimentos metodológicos**

No dia 01 de dezembro de 2015, foi realizado um encontro para serem desenvolvidas às oficinas supracitadas com a participação de professores da rede municipal, além destes se fizeram presentes coordenadores, diretores e secretários municipais da educação do baixo sertão sergipano. Tendo como foco a temática da apresentação do Projeto TRANSEJA 2, foi oferecido um questionário, com 20 (vinte) questões, aos participantes onde o item 16 (dezesesseis) seria a temática que discutiria às perspectivas de trazer contributos para eles desenvolverem no decorrer do ano letivo 2016.

As cidades envolvidas na aplicação do questionário foram: Amparo do São Francisco Aquidabã Ilha das Flores, Malhada dos Bois, Santana do São Francisco, Propriá com os seguintes enfoques na análise da pesquisa: Redução de Pobreza e do desemprego, qualificação da força de trabalho; Diminuição da propagação do HIV (AIDS); Preservação e Conservação do Meio Ambiente e desenvolvimento sustentável; Conscientização sobre os direitos humanos; Combate ao racismo e à xenofobia e ao racismo; Apoio aos valores democráticos e exercício ativo da cidadania; Fortalecimento da equidade e igualdade de gênero.

Os participantes escolheram os itens a serem trabalhados no decorrer do ano de 2016 tendo o seguinte percentual: Redução de Pobreza e do desemprego, qualificação da força de trabalho 43%; Conscientização sobre os direitos humanos 31%; Apoio aos valores democráticos e exercício ativo da cidadania 25%.

A realização das oficinas foram direcionadas com várias atividades pedagógicas, onde todos participaram com o início de um vídeo sobre direitos humanos [https://www.youtube.com](https://www.youtube.com/watch?v=sAS9KPbmCHB)

[youtube.com](https://www.youtube.com/watch?v=sAS9KPbmCHB)

[/watch?](https://www.youtube.com/watch?v=sAS9KPbmCHB)

[v=sAS9KPbmCHB](https://www.youtube.com/watch?v=sAS9KPbmCHB) (Sim, nós temos escravos. E lucramos com eles: Leonardo Sakamoto at TEDxVer-o-Peso) Após o vídeo cada integrante relatou sua opinião, tornado interativa e dinâmica a participação. Logo depois, foram mostrados alguns slides com manchetes sobre os Direitos

Humanos e Direitos dos Povos.

Na realização das oficinas, podemos observar que os professores, se depararam com diversas situações problemáticas, conforme o tema abordado, referente à identidade dos alunos, relacionando suas experiências com as oficinas de Direitos Humanos. Inseridos numa situação comunicativa, todos os participantes puderam expor suas experiências, construindo uma opinião com base no entendimento das oficinas. Porém, todas foram realizadas com sucesso, de muita importância para o progresso da integridade do intelecto dos indivíduos, oportunizando-os para uma formação múltipla do consenso a uma capacidade organizacional de sua natureza.

Ao término de todas às atividades, percebemos que uma educação inovadora é necessária, para romper com as inércias e práticas do passado, com propostas de novos conceitos, com aulas participativas, ativas e críticas num processo dinâmico e flexível, com a elaboração de projetos e materiais para o contexto específico controlado pelo próprio grupo. Essa visão determina que os docentes devam vencer os obstáculos, gerando novas concepções mais reais nas tarefas, dando capacidade dos discentes executá-las e aumentar seus conhecimentos científicos de formas espontâneas para uma capacidade de ação.

Sendo assim, as palavras e números como o uso de um conjunto de atividades pedagógicas a propiciar ao sujeito a literacia e numeracia capacitarão a pessoa a fazer o uso significativo da leitura da escrita e dos números, com a utilização de um conjunto de práticas pedagógicas, dando ao sujeito a capacidade de decodificar palavras e números em diversas situações para uma consciência crítica. **Considerações finais**

Os alunos que voltam aos estudos na Educação de Jovens e Adultos (EJA) buscam, em sua maioria, a certificação do ensino médio para ingresso, ou obter uma situação mais favorável no mundo do trabalho. E também tem intenção de ingressar na universidade pública, ideologicamente estão presos a ideia de que estudando os resultados empregatícios são melhores. Na Educação de Jovens e Adultos (EJA) também, estão jovens que se recusam ao ensino normal por conta do tempo reduzido e das avaliações mais flexíveis.

O projeto TRANSEJA 2 tem sido uma ação de extrema importância para a região do semiárido sergipano, em especial, aos municípios do Baixo do São Francisco. A realização das oficinas pedagógicas, constituindo-se como processo de formação continuada, tem gerado expectativas positivas, tanto para os professores quanto para os alunos, da modalidade educação de jovens e adultos.

Nesse contexto, às oficinas levaram para as salas de aulas temáticas questionadoras, como a conscientização, por parte da comunidade escolar, sobre os Direitos Humanos. Além disso,

proporcionaram também a utilização das TIC'S no seu cotidiano pedagógico com a possibilidade de melhorar a práxis dos professores e o aprendizado do aluno. Trabalhar com essas temáticas possibilitaram momentos de reflexão e troca de saberes.

Sabe-se que os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), são pessoas que não tiveram oportunidades ao acesso escolar na idade própria, uma vez que o ingresso ou a continuidade dos estudos, deixados para trás ao longo da vida, dificultam a sua participação cidadã às diferentes formas de inserção na sociedade e, conseqüentemente, no mercado de trabalho seja ele formal ou informal. A construção dessa pesquisa possibilitou o entendimento entre docentes e discentes em verdadeiros construtores de um processo educacional, em organizar novas relações escolares na realização de um projeto educativo, voltado para uma democracia com direitos humanos.

REFERÊNCIAS BEZERRA, Ada Augusta Celestina; CHAVES, Natalina Bissaro Siqueira. **O rural como objeto de estudo na educação:** campo de abrangência e significado atual: Ada Augusta Celestina Bezerra e Marilene Batista da Cruz Nascimento [organizadoras]. Educação e formação de professores: questões contemporâneas. Fortaleza: Ed. UFC, 2013, P. 37. BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **LDB passo a passo:** Lei de diretrizes e bases da educação nacional, Lei nº 9.394/96 comentada e interpretada, artigo por artigo. 4. ed. ver. e ampl. São Paulo: Avercamp, 2010. BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais** – Temas Transversais – Brasília – 2010. BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais** (PCNs).

Disponível em:

portal.mec.gov.br

. Acesso em 22 de Junho de 2016. BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Editora do Senado, 1988. BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Editora do Senado, 1988

Disponível em:

<http://>

www6g.senado.gov.br

[/institucional/biblioteca/livros-novos](http://www6g.senado.gov.br/institucional/biblioteca/livros-novos). Acesso em 10 de junho de 2016. CANDAU, Vera Maria et al. III A Configuração de uma Educação de Direitos |Humanos. 2013, p.410

Disponível em:

<http://>

[www.](http://www.dhnet.org.br)

[dhnet.org.br](http://www.dhnet.org.br)

[/dados/livros/edh/br/fundamentos/23_cap_3_artigo_01.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/br/fundamentos/23_cap_3_artigo_01.pdf)

. Acesso em 22 de junho de 2016. FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Ed. Paz e Terra. 1997.

Maria Amélia Silva Santos (Autora) Licenciada em Letras Português, pela Universidade Tiradentes, Especialista em Coordenação Pedagógica, pela Faculdade Pio Décimo (em andamento), Professora da Educação Básica, Membro do grupo de Pesquisa GPGFOP/PPED/Unit/CNPq). Voluntária do Projeto Transeja do OBEDUC. Nataniel Pimentel Barreto (Coautor) Tecnólogo em Radiologia , Pela universidade Estácio de Sá (Rio de Janeiro), Especialista em Anatomia Humana e Didática do Ensino Superior pela Universidade Castelo Branco (Rio de Janeiro). Membro do grupo de Pesquisa GPGFOP/PPED/Unit/CNPq). Rita de Cássia Cardoso dos Santos (Coautor) Licenciada em Pedagogia. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade São Luis de França e em Coordenação Pedagógica pela Faculdade Pio Décimo. Coordenadora Pedagógica do Centro Vocacional Tecnológico do SergipeTec. Membro do grupo de Pesquisa GPGFOP/PPED/Unit/CNPq). Voluntária do Projeto Transeja do OBEDUC.

Recebido em: 05/07/2016

Aprovado em: 06/07/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: